

# DIAS FRATRICIDAS: REVOLUÇÃO FEDERALISTA NA COLÔNIA MILITAR DO XAPECÓ

## *FRATRICIDED DAYS: FEDERALIST REVOLUTION IN THE MILITARY COLONY OF XAPECÓ*

Leticia Maria Venson<sup>1</sup>

### RESUMO

No cenário de mudanças sociais, econômicas e políticas do final do século XIX, eclodiu a Revolução Federalista no Estado do Rio Grande do Sul (1893), que se expandiu para os Estados do Paraná e de Santa Catarina. Com a expansão da revolução para os demais estados, a Colônia Militar do Xapecó, localizada no Paraná, na fronteira com o Rio Grande do Sul, surgiu como uma das possibilidades de invasão, para o fornecimento de armamento e alimentos para os revoltosos. O presente artigo tem por objetivo analisar as consequências da Revolução Federalista na Colônia Militar do Xapecó sob direção de José Bernardino Bormann. Utilizamos como fonte o livro redigido por Bormann intitulado “Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná”, publicado no ano de 1901 e dividido em dois volumes. Concluímos que apesar da Colônia não ter sido invadida, a Revolução causou tensão na fronteira, pois houve uma real ameaça de invasão liderada por Prestes Guimarães, e consequências ao diretor do estabelecimento, que teve um mandado de prisão decretado, devido a tentativa de manter um posicionamento de neutralidade e de abrigar e proteger alguns revoltosos na Colônia. Os ânimos foram reestabelecidos, após a chegada da Divisão do Norte, comandada pelo General Pinheiro Machado. Compreendemos que o livro escrito por Bormann foi uma tentativa de esclarecer o seu posicionamento durante a revolução.

**Palavras-chave:** Revolução Federalista. Colônia Militar. Xapecó. José Bernardino Bormann. Fronteira.

### ABSTRACT

*In the context of social, economic and political changes at the end of the 19th century, the Federalist Revolution broke out in the State of Rio Grande do Sul (1893), which expanded to the States of Paraná and Santa Catarina. With the expansion of the revolution to the other states, the Colônia Militar do Xapecó, located in Paraná, on the border with Rio Grande do Sul, emerged as one of the possibilities of invasion, for the supply of arms and food*

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História PPGH da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS- Campus Chapecó. Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS - Campus Chapecó (2018). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: sudoeste paranaense e oeste catarinense, colônia militar, fronteira, povoamento e colonização.

*to the rebels. This article aims to analyze the consequences of the Federalist Revolution in the Colônia Militar do Xapecó under the direction of José Bernardino Bormann. We used as a source the book written by Bormann entitled “Dias Fratricidas: Memories of the Federalist Revolution in the State of Paraná”, published in 1901 and divided into two volumes. We concluded that although the Colony was not invaded, the Revolution caused tension at the border, as there was a real threat of invasion led by Prestes Guimarães, and consequences for the establishment’s director, who had a warrant for his arrest, due to the attempt to maintain a positioning of neutrality and of sheltering and protecting some rebels in the Colony. Moods were restored after the arrival of the Northern Division, commanded by General Pinheiro Machado. We understand that the book written by Bormann was an attempt to clarify his position during the revolution.*

**Keywords:** Federalist Revolution. Military Colony. Xapecó. José Bernardino Bormann. Border.

## INTRODUÇÃO

O final do século XIX foi marcado por acontecimentos políticos, nos quais a disputa pelo poder fomentou atos de violência e revoltas por todo o Brasil. Com a Proclamação da República em 1889, Marechal Deodoro da Fonseca e uma junta militar estabeleceram o governo provisório, marcando um período de constantes conflitos nos quais diversos políticos buscavam um espaço no novo cenário. O governo provisório foi marcado pelo autoritarismo que gerou desentendimentos nos diferentes níveis da sociedade (ANDRADE, 2017, p.15).

O Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao sistema econômico colonial, o que afetou a política da província (FRAGA; GRITTI, 2015, p.191), pois, num primeiro momento os Partidos Liberal e Conservador se alternaram no governo local durante o Segundo Reinado (1840-1889), com o tempo, o Partido Liberal tornou-se hegemônico, e passou a usufruir sozinho o poder político provincial. Com isso surgiram tardiamente os interesses republicanos no Rio Grande do Sul, com a criação em 1882 do Partido Republicano Rio-Grandense, que congregou jovens republicanos de orientação positivista, sendo destaque Júlio de Castilhos. Ou seja, na época da Proclamação da República o Partido Republicano local ainda era pequeno e sem força política (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012).

Nos primeiros anos da República a rivalidade entre republicanos e federalistas ocasionou uma guerra civil no ano de 1893, que perdurou até 1895. De um lado haviam os republicanos, defensores do desenvolvimento econômico geral, com o apoio dos empresários, pequenos comerciantes e agricultores e do Exército, liderados por Júlio de Castilhos e do outro, os federalistas, defensores da República parlamentar liberal, com o apoio dos pecuaristas do interior, que tinham como principal representante Gaspar

Silveira Martins (SÊGA, 2001).

A Revolução Federalista não se limitou ao Rio Grande do Sul, chegando a se expandir para os estados de Santa Catarina e do Paraná. Nesse contexto destacamos a Colônia Militar do Xapecó, criada em 1859 e instalada em 1882 na campina Xanxerê, na Província do Paraná, que tinha como um dos objetivos, proteger e fomentar o desenvolvimento da região, devido ao conflito diplomático com a Argentina, pelo território, na chamada Questão de Palmas. A Colônia fazia fronteira com o Rio Grande do Sul, ficando a cerca de 80 quilômetros da então freguesia de Nonoai. Apesar de ser um posto militar seu destacamento não chegou a ser expressivo, porém, desenvolveu um núcleo populacional considerável, e manteve seu funcionamento até o ano de 1908, quando passa para o regime civil, onde parte desse território é cedido para empresas colonizadoras.

Durante a Revolução Federalista (1893-1895), José Bernardino Bormann era o diretor da Colônia Militar do Xapecó e Comandante da Fronteira de Palmas, cargos que exerceu até o ano de 1898, portanto era o responsável por fazer o policiamento da região bem como de proteger a população de conflitos internos e externos. Durante a Revolução, a tentativa de manter um posicionamento neutro lhe rendeu diversas críticas tanto de federalistas, quanto do próprio Ministério da Guerra, que chegou a lhe expedir um mandado de prisão. José Bernardino Bormann era veterano da Guerra contra o Paraguai, escritor e político, chegando a ser eleito deputado estadual, vice-governador do Estado do Paraná, assumindo a cadeira de governador por um mês entre abril e maio de 1899, e Ministro da Guerra, no governo de Nilo Peçanha (1909-1910), portanto, era considerado um personagem de prestígio político e militar.

No presente artigo, temos como objetivo analisar a tensão estabelecida na Colônia Militar do Xapecó na fronteira de Palmas, devido a presença de federalistas na região, bem como as consequências da Revolução Federalista para a Colônia e para José Bernardino Bormann. Como fonte de análise utilizamos o livro “Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná” escrito por José Bernardino Bormann, e publicado em dois volumes, pela editora Aníbal Rocha e Companhia, de Curitiba, no ano de 1901. O livro foi resultado das experiências de José Bernardino Bormann como diretor da Colônia Militar do Xapecó e Comandante da Fronteira de Palmas, quando da eclosão da Revolução Federalista. Foi uma tentativa de contar a sua versão dos fatos, devido a nebulosidade que pairou sobre a sua tentativa de posicionamento neutro durante a Revolução.

## 1 General Bormann e a Colônia Militar do Xapecó

José Bernardino Bormann era gaúcho, nascido em Porto Alegre, filho de Guilherme Bormann, militar alemão, contratado pelo Império do Brasil para servir de artilheiro no Corpo de Estrangeiros de Dom Pedro I e de Ricarda Manoela da Maia Bormann, brasileira, natural do Rio Grande do Sul (VENSON, 2020a). A carreira militar de José Bernardino Bormann é extensa<sup>2</sup>, nos limitamos a destacar a sua participação na Guerra contra o Paraguai (1864-1870), participando de várias batalhas e servindo como enfermeiro dos coléricos. É importante salientar que em 1875, formou-se em bacharel em matemática e ciências físicas e foi nomeado ajudante das ordens de Duque de Caxias, então Ministro da Guerra (1875-1878), posteriormente foi enviado a Europa com o objetivo de estudar a telegrafia militar e as fortalezas (VENSON, 2020a, p.102). Em foi nomeado em 1880 como responsável pela comissão de fundação da Colônia Militar do Xapecó, em território litigioso e de fronteira na Província do Paraná. Ou seja, um dos motivos para ser nomeado para a comissão de criação da Colônia Militar, foi sua experiência com as fortalezas da Europa e com o telégrafo, que era um meio de comunicação muito importante no período, devido a rapidez das mensagens, conectando os locais longínquos a Capital da província, no caso do Paraná, a Curitiba.

Após um estudo estratégico na região de instalação da Colônia, foi liberado de suas funções de responsável pela comissão de instalação, sendo nomeado diretor do estabelecimento, cargo que ocupou até o ano de 1898. Além de diretor da Colônia Militar do Xapecó, foi designado como Comandante da Fronteira de Palmas, responsável por policiar e proteger o território, tanto de inimigos internos, quanto externos. Era visto como um militar que poderia trazer muitos frutos positivos para o Paraná na administração da Colônia Militar, porém, o contingente das praças, responsáveis pela manutenção, criação de estradas, policiamento sempre foram escassas, dificultando um melhor desenvolvimento desse núcleo.

José Bernardino Bormann também foi um político influente no Estado do Paraná, chegando a ser eleito vice-governador do Estado e Deputado Estadual e escritor. A sua obra se caracteriza por incursões em diversas áreas, como história, romance novelesco e da literatura militar técnica. No campo da história lançou “O Marechal Duque de Caxias”, “Fotografia Militar”, “História da Guerra do Paraguai”, “Dias fratricidas: memórias da

---

2 Ver mais em: VENSON, Leticia Maria. **“Donde se avista o caminho da roça”**: José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xapecó. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

Revolução Federalista no Estado do Paraná”, “A Campanha do Uruguai”, “Rosas e o exército aliado”, “A Batalha de Leipzig” e a “Campanha de 1851-52”. Entre os romances estão “Os amores de D. João III de Portugal” e “Dona Mariquinha de Passo do Carneiro” (GELLER, 2018, p.59). Publicou vários artigos relacionados a história militar, usando o pseudônimo de B. de Marbon e de Wilagran Cabrita, em homenagem ao militar de mesmo nome (GELLER, 2018, p.59). De acordo com Odair Eduardo Geller, José Bernardino Bormann desenvolveu sua obra literária em um ambiente de transformações sociais e materiais, porém, com dificuldades relacionadas a publicação e distribuição de livros, o classifica como um fenômeno literário, pois, publicou mais de duas dezenas de livros, em um momento onde os autores nacionais ainda não eram tão valorizados (2018, p. 59-60).

No decorrer do século XIX, o Império brasileiro incentivou a colonização da região de fronteira, território até o momento ocupado principalmente por populações indígenas. Os militares entendiam que a implantação de Colônias Militares eram uma forma de garantir a integridade do território. Durante o século XIX, foram instaladas cerca de 26 Colônias Militares em diversos pontos do território considerados estratégicos do ponto de vista militar e econômico. A instalação de Colônias Militares em território nacional tinha como objetivo a proteção da população de localidades do interior das “hostilidades” indígenas, bem como auxiliar as comunicações, o comércio e os núcleos civis em suas vizinhanças. As Colônias Militares possibilitaram o conhecimento do território, auxiliando na administração da população e do espaço fronteiriço (VENSON, 2020a).

Compreendemos o conceito de fronteira com base nas reflexões do sociólogo José de Souza Martins, que afirma que a fronteira é ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. A fronteira não se resume a fronteira geográfica, ou seja, pode ser fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteiras de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem, e principalmente, fronteira do humano (2016, p.11). De acordo com Adelar Heinsfeld a fronteira passa a ser ponto de equilíbrio político fixado entre duas pressões, onde o Estado controla esses espaços (2007, p.25).

A Colônia Militar do Xapecó foi criada em 1859, porém foi instalada somente em março de 1882, sendo escolhida para sede da Colônia a campina do Xanxerê, localizando-se a margem esquerda do rio Chapecó, em território não litigioso com a Confederação Argentina, ficando a sudoeste da vila de Palmas, abrangendo os atuais municípios de Xanxerê, Xaxim e Faxinal dos Guedes (VENSON, 2020b, p. 57). Em local considerado estra-

tégico, pois possuía terras favoráveis para a agricultura e para a atividade pastoril, porém, não dispunha de estradas em boas condições o que prejudicou o desenvolvimento econômico da Colônia, pois o comércio se limitou a permuta de gêneros produzidos pelas pequenas lavouras.

De acordo com o Ministério da Guerra, a Colônia Militar do Xapecó, era destinada a defesa da fronteira, a proteção dos Campos de Palmas, Erê, Xagú e Guarapuava, contra a incursão de índios com o auxílio da catequese e dos aldeamentos e também para a proteção do território devido ao conflito territorial com a Argentina, conhecido como Questão de Palmas, que foi resolvido em 1895, por arbitramento internacional de Grover Cleveland, presidente dos Estados Unidos, tendo sentença favorável ao Brasil. Porém, apesar dos objetivos propostos, a Colônia Militar manteve um quadro reduzido de militares, possuindo pouca munição e armas e não conseguiu desenvolver uma economia auto suficiente (VENSON, 2020b, p.59).

Todos os colonos e militares obedeciam a um regulamento elaborado para o estabelecimento e assinavam um contrato chamado de “Contrato de Colonos”. De acordo com o contrato, as propriedades variavam de 25 a 50 alqueires, dependendo do tamanho do núcleo familiar, recebendo um título provisório da terra, substituído para um título definitivo, após dois anos de atividade pastoril ou agrícola (VENSON, 2020a, p.47). O território da Colônia era de cerca de 57.600,00 hectares, que abrangia os atuais municípios de Xanxerê, Xaxim e Faxinal dos Guedes, divididos em lotes rurais e urbanos (VENSON, 2020a, p.52).

O final do Império no Brasil e início da Primeira República foi marcada por uma crise econômica que ficou conhecida como “Encilhamento”. A política monetária e as grandes fraudes no mercado foram responsáveis por uma retração econômica, inflação e quebra de instituições financeiras (ALMEIDA; CROCE, 2016, p.20). Com isso ocorreu o encarecimento dos produtos importados e aumento da demanda e de consumo, resultando em uma inflação generalizada e duplicação dos preços. Com a queda do câmbio os produtos de importação encareceram ainda mais e para piorar a situação, o governo aumentou os impostos de importação e passou a cobrá-lo em ouro contribuindo ainda mais para a exacerbação do custo de vida (ALMEIDA; CROCE, 2016, p.20).

As consequências do Encilhamento não se limitaram as capitais das províncias, chegando também a Colônia Militar do Xapecó, o que fez com que José Bernardino Bormann, em janeiro de 1892 se desloque para a Capital Federal, então, Rio de Janeiro, expor ao vice-presidente brasileiro, Marechal Floriano Peixoto, e ao Ministro da Guerra Francisco Antônio de Moura, as necessidades da Colônia do Xapecó. De acordo com José Bernar-



dino Bormann, a verba:

[...] não chega sequer para dar trabalho aos colonos e assim conte-los no estabelecimento de sorte que muitas e muitas vezes temos retribuído os serviços prestados ao Estado com os pequenos recursos de nossa bolsa particular. Chegou, pois, a ocasião, como dissemos, do patriótico governo da República dar começo ao plano de engrandecimento desta região (BORMANN, 1892).

O valor destinado a Colônia não era suficiente para a sua manutenção, pois, a maioria dos prédios eram de madeira e havia a necessidade de reformas ou até mesmo a reconstrução, pois, utilizavam a araucária nas construções, que tem resistência inferior a madeira de lei. Outra questão salientada acima era a falta de praças do exército com habilidades no caso “ofícios” para fazer essa manutenção, sendo necessário chamar pessoal de fora da Colônia, o que geraria mais custos. Portanto, não havia recursos para contratar trabalhadores para a manutenção e muito menos verba para a compra de todo o material necessário para tal empreitada (VENSON, 2020a).

Outra mudança que já vinha ocorrendo durante todo o século XIX e que se intensificou após a Proclamação da República foi a reavaliação das políticas de terras. Houve uma expansão das áreas cultivadas para fins comerciais resultando na expansão da fronteira agrícola, para territórios até então considerados de terra virgem (COSTA, 1999). Na Constituição da República de 1891, a primeira republicana, houve a transferência das terras de uso público da União para os Estados, o que acarretou numa desarmonia federativa, pois, cada Estado deu solução diversa para a questão fundiária, não havendo controle da União. De acordo com Paulo Pinheiro Machado a legislação dos estados sobre as terras e a colonização não diferiam do que era praticado durante o Império, pois os Estados herdaram as contradições e ambiguidades da política imperial de terras. Destaca que as fraudes, grilagem e açambarcamento de terras públicas modificaram os objetivos iniciais da legislação de terras (MACHADO, 2011).

As terras devolutas pertencentes à União eram somente as consideradas indispensáveis para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais (ARAUJO, 2009), ou seja, o perímetro que compreendia a Colônia Militar do Xapecó era considerada devoluta e de posse da União, tendo em vista as construções militares e o número reduzido de títulos definitivos expedidos por aquele núcleo militar. Na atual Constituição Federal Brasileira (1988), o território que compreendia a Co-

lônia Militar ainda é considerado território da União, por se localizar em território de fronteira, considerado “indispensável” para a defesa do território, apesar de haver a possibilidade de usucapir esse território, há muitos pequenos agricultores lutando judicialmente pelo direito a terra.

## 2 Tensão na Fronteira de Palmas

O Rio Grande do Sul, constituiu-se nos moldes de uma economia agropecuária, subsidiária da agro exportação, voltado para o mercado interno. Apesar do setor agrícola colonial ser o mais dinâmico, no século XIX, era o setor pecuarista o predominante do estado, tendo representatividade na política. O Partido Liberal, majoritário no Rio Grande do Sul, dominado por pecuaristas, negociavam com o poder central, por meio da atuação de seu líder, Gaspar Silveira Martins (PESAVENTO, 1992, p. 65). Estavam descontentes com a dependência por meio da subordinação política do centro sobre o sul, e com a pouca autonomia que o Rio Grande do Sul detinha para resolver seus problemas (PESAVENTO, 1992, p.65).

Com o fim do Império em 1889, Gaspar Silveira Martins foi desterrado do território nacional, em direção a Europa, junto com outros companheiros do Partido Liberal. O desterro teve como justificativa, a articulação de Gaspar Silveira Martins, que levaria a “uma possível instabilidade na instituição republicana recém implantada” (ROSATTO, 2016, p.147). Retorna ao Brasil no início de 1892, quando se filia ao Partido Federalista, e continua atuando na mobilização e articulação de forças para o Partido e para a Revolução Federalista, combatendo a influência do positivismo na Constituição do estado do Rio Grande do Sul, defendendo um regime parlamentar (ROSATTO, 2016, p. 150).

O golpe que iniciou o Governo Provisório (1889-1891) de Deodoro da Fonseca, contou com o apoio e a pressão do Partido Republicano que era composto em sua maioria por agricultores, fazendeiros, profissionais liberais e proprietários cariocas, paulistas, mineiros, paranaenses insatisfeitos com a abolição da escravidão. O golpe promoveu o estabelecimento de alianças políticas para a manutenção do poder. Foi um período de constantes conflitos políticos. O governo de Marechal Deodoro da Fonseca, devido ao seu autoritarismo criou desentendimentos a nível nacional, estadual e municipal. A principal preocupação no período era de evitar uma guerra civil, o que justifica o fato de que várias guarnições militares e Câmaras Municipais, reconheceram e declararam obediência ao governo (ANDRADE, 2017, p.15).

Com a Constituição da República de 1891 o sistema federativo foi



instituído e confirmou Deodoro da Fonseca como presidente do país, que deveria governar até 1894. O presidente concedeu anistia aos exilados políticos e Gaspar Silveira Martins pode retornar ao Rio Grande do Sul (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012). A Constituição dava liberdade para os Estados se organizarem, sendo assim no Rio Grande do Sul, formou-se uma Assembleia Constituinte composta apenas por Deputados do Partido Republicano rio-grandense (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012). Na prática a Assembleia instituiu poder centralizado nas mãos do presidente do Estado e permitiu ao Legislativo apenas funções de análise e aprovação de orçamento, ou seja, o Legislativo não tinha mais autonomia. Em 1892, reformulando o antigo Partido Liberal foi fundado o Partido Federalista, para ser oposição a Júlio de Castilhos, tendo como um dos principais líderes Gaspar Silveira Martins.

Com relação aos primeiros anos da República José Bernardino Bormann (1901) faz a seguinte análise:

Foi a má política do início do regime republicano a fonte dos nossos males. Ela derruiu moral e materialmente o país e extremando os partidos, dividiu, por tanto, profundamente a família brasileira ao ponto de seus ódios levá-la a luta armada, imprimindo-lhe um aspecto de perversidade repugnante. [...] Homens completamente desconhecidos foram guindados até as altas regiões políticas e administrativas, sem competência, e o resultado foi não passarem de títeres nas mãos dos mais hábeis.

Ou seja, de acordo com José Bernardino Bormann, a origem da Revolução Federalista foi a má política desenvolvida por Deodoro da Fonseca nos primeiros anos da República, que dividiu os partidos brasileiros e fomentou a violência partidária principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, entre Federalistas e Republicanos e destaca a falta de competência dos ministros que faziam parte do Congresso que não souberam mediar a situação.

Outro fato que José Bernardino Bormann destaca é o Golpe de Estado proferido por Deodoro da Fonseca em 3 de novembro de 1891:

O velho soldado, ferido em seu amor-próprio, sentiu dolorosamente a ingratidão daqueles que julgará sustentáculos de sua política e, para vingar agravos pessoais, atirou-se ao congresso, dissolveu-o, perseguiu os oposicionistas; enfim, opôs à força ao direito sem medir a extensão dos males que fatalmente produziria esse ato violento, injustificável e imprudente (BORMANN, 1901, p.20).

Ao dissolver o congresso e perseguir opositoristas Deodoro da Fonseca teria desencadeado diversos fatores que contribuíram para a sua renúncia. O Estado do Paraná apoiou o golpe, gerando ataques da oposição por meio da imprensa (BORMANN, 1901, p.22). Deodoro da Fonseca acreditava contar com apoio da Marinha, das Forças Armadas e do povo, o que não se concretizou. Diante das pressões e falta de apoio, o Marechal Deodoro da Fonseca renunciou ao poder e seu vice Floriano Peixoto assumiu a Presidência da República (BORMANN, 1901). Em um primeiro momento a renúncia de Deodoro da Fonseca restabeleceu os ânimos, porém, as medidas que Floriano Peixoto adotou, deram fôlego a novos descontentamentos.

Uma das primeiras medidas adotadas por Floriano Peixoto foi exonerar a maioria dos chefes de governo estaduais que haviam apoiado Deodoro da Fonseca, trazendo intranquilidade e ferindo a autonomia dos Estados (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012). No Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos apoiou o golpe de Deodoro da Fonseca, porém mesmo assim foi apoiado por Floriano Peixoto, pois de acordo com o Marechal, o Partido Federalista era muito radical. Tal situação propiciou mais rivalidade política entre os federalistas e republicanos. O Partido Federalista opunha-se, no plano local, a Júlio de Castilhos, e no plano Federal, ao governo do Marechal Floriano Peixoto (PESAVENTO, 1992, p.78). No Rio Grande do Sul, além da eclosão da Revolução Federalista houve a adesão a Segunda Revolta da Armada, tendo como um dos líderes Almirante Custódio Melo que se posicionou contrário ao apoio de Floriano Peixoto a Castilhos. Os marinheiros formaram focos de conflito no Rio de Janeiro e tomaram a ilha de Desterro, aliando-se aos federalistas do Rio Grande do Sul (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012).

Compreendemos o conceito de revolução como um fenômeno político-social de mudança radical na estrutura social, confronto entre a classe que detém o poder do Estado e as classes que se acham excluídas desse poder, marcada principalmente pela rapidez com que as mudanças são processadas e a violência com que são feitas (SILVA; SILVA, 2009, p.362). De acordo com Kalina e Vanderlei Silva (2009) “uma revolução é sempre traumática porque tira a sociedade de sua inércia, movimentando a estrutura social”. Sendo assim, compreendemos que a Revolução Federalista, foi uma Guerra Civil e não uma revolução, pois tinha como objetivo uma maior autonomia para o estado rio-grandense e não modificações de caráter político-social.

Sobre as causas da Revolução Federalista, Gunter Axt diz que:

O objetivo direto da Revolução era a derrogação da Constituição estadual de 14 de julho de 1891, que aluía a separação dos Poderes e facultava ao mandatário reeleições indefinidas, bem como a remoção de Castilhos do Governo. Se combatia também, entretanto, o Regimento Eleitoral Alvim e o presidencialismo florianista. Já, para os castilhistas, resistir tratava-se de consolidar a hegemonia republicana positivista e não parlamentar, além de afastar o fantasma da restauração monárquica, igualmente temido por Floriano Peixoto (2018, p.115).

A revogação da Constituição Estadual e a derrubada de Júlio de Castilhos como governador do Estado era o grande objetivo, demonstrando que o conflito tinha o formato de uma Guerra Civil e não de uma revolução, pois, não pretendiam alterar as estruturas sociais, econômicas ou políticas da província, mas promover modificações políticas de acordo com os interesses do partido. Os castilhistas resistiram, pois, tratava-se da consolidação da República.

Com a expansão da revolução para os demais estados, a Colônia Militar do Xapecó, na província do Paraná, surgiu como uma das possibilidades de invasão, pois, poderia fornecer armamentos e alimentos para os revoltosos. Uma importante fonte para analisarmos as consequências da Revolução Federalista na Colônia Militar do Xapecó é o livro redigido por José Bernardino Bormann, que no momento da Revolução era diretor da Colônia Militar, intitulado “Dias Fraticidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná”, dividido em dois volumes e publicado no ano de 1901, pouco tempo depois de deixar a direção da Colônia. O livro é uma tentativa de retratação devido a nebulosidade que pairou sob seu posicionamento durante a Revolução Federalista e os acontecimentos que acometeram a fronteira de Palmas – PR nos anos de 1893 a 1895.

**FIGURA 01 – Localização da Colônia Militar do Xapecó**

Fonte: Coletâneas de Mapas do Paraná, 1908. Adaptado por Leticia Maria Venson.

Com o avanço dos ideais da revolução para os territórios de Santa Catarina e do Paraná, bem como a suposta presença de federalistas no interior da Colônia Militar do Xapecó, José Bernardino Bormann foi chamado a capital do Estado do Paraná para prestar esclarecimentos. Foi dispensado do cargo de diretor da Colônia e de Comandante da Guarnição e Fronteira de Palmas e transferido para a segunda classe do Exército. Em seu desfavor também, foi expedido uma ordem de prisão” (XAVIER, 1944, p.28). O que justifica a escrita de um livro relatando os mínimos detalhes da movimentação na Colônia Militar durante a Revolução Federalista.

Além de relatar a movimentação com relação a Revolução, faz uma análise sobre os primeiros anos da República e sobre a situação da fronteira de Palmas:

Mas, se na capital do Estado, e na maior parte do seu território, tudo apresentava um aspecto tranquilizador, não sucedia o mesmo na Fronteira de Palmas, onde os acontecimentos do Rio Grande faziam impressão, agitavam o espírito público, segundo sua importância e gravidade (BORMANN, 1901, p.29).

A agitação na fronteira era consequência da deposição de Júlio de Castilhos. Seus amigos e correligionários que constituíam o partido republicano, eram perseguidos no interior e nas fronteiras do Estado e o Paraná e a Colônia serviram de refúgio a republicanos que residiam na região norte do Rio Grande do Sul (BORMANN, 1901, p.56).

Nesse cenário de possível invasão da Colônia Militar do Xapecó pelos federalistas o telégrafo, instalado às vésperas da Revolução, se tornou uma ferramenta utilizada a favor dos federalistas devido às falsas informações disseminadas por Henrique Widikim, telegrafista de Palmas, assim descrito por José Bernardino Bormann:

Um telegrafista de Palmas, exaltado federalista, chamado Henrique Widikim, quer fosse enganado pelos seus colegas das estações telegráficas de Curitiba e do interior quer das estações do Rio Grande, ou quer de motu-próprio, o que parece mais provável enviava notícias a Prestes Guimarães, telegramas falsos de amigos e correligionários deste informando que a revolução tinha irrompido, que Castilhos caiu do poder e refugiara-se na campanha, onde reunia gente contra o Marechal Floriano Peixoto (1901, p.190).

As informações passadas por Henrique Widikim a líderes federalistas da região tencionaram ainda mais a fronteira do Paraná com o Rio Grande do Sul. Os telegrafistas deveriam ser bem treinados, a fim de conseguir transcrever com êxito as mensagens passadas com o Código Morse. A maioria das informações recebidas por Widikim vinham de Curitiba, o que nos faz pensar sobre as intencionalidades desse telegrafista. Mesmo que as informações não fossem modificadas ou geradas por ele, a disseminação era por sua própria conta e risco, o que demonstra o seu interesse para que elas chegassem a Colônia Militar e a Prestes Guimarães.

Levantamos a hipótese de que as falsas informações divulgadas por Widikim tinham o intuito de promover conflitos e levar à invasão da fronteira de Palmas, o fato de José Bernardino Bormann acreditar ser de “motu-próprio” decorrente das falsas informações divulgadas anteriormente. No decorrer do livro, José Bernardino Bormann destacou várias vezes em que os telegramas eram falsos ou que foram divulgados para outras pessoas além dos destinatários, ou seja, o telegrafista não respeitou a privacidade dos telegramas. As falsas informações tiveram consequências para a Colônia Militar. Fomentou a possibilidade de um conflito armado entre a tropa de Antônio Ferreira Prestes Guimarães, que estava no Goio-En e forçou José Bernardino Bormann a tomar um posicionamento, que até o momento constituía-se em neutralidade.

Antônio Ferreira Prestes Guimarães foi, ainda durante a monarquia, vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul e um dos líderes maragatos na região de Passo Fundo, chegando a comandar a Divisão do Exército Libertador Federalista (NASCIMENTO; DAL PAZ, 2014. p. 27). Após a deposição de Júlio de Castilhos em 1891, ocupou a cidade de Passo

Fundo e tomou o poder municipal. Os republicanos não aceitaram o fato e liderados pelo Coronel Francisco Marques Xavier Chicuta, que estava na chefia do Partido Republicano em Passo Fundo (FERREIRA, 2014, p.56), iniciaram a concentração reunindo-se em armas na sede do município. Prestes Guimarães, juntamente com Frederico Schultz, Veríssimo da Veiga e Borges Vieira organizaram a liderança do Partido Federalista em Passo Fundo, com centenas de adeptos. O assassinato de Chicuta provocou o acirramento do confronto no município e levou Prestes Guimarães e sua família a se retirar para Nonoai, posteriormente Curitiba e na Colônia Militar do Xapacó (FERREIRA, 2014, p.57-59).

A presença de Prestes Guimarães na Colônia foi um dos principais motivos que fundamentaram a desconfiança de uma possível traição por parte de Bormann que esclareceu a presença de Prestes Guimarães e de outros federalistas na Colônia consequência do seguinte “nessa época tínhamos ordens para dar proteção a esses emigrados e elas persistiam enquanto os acontecimentos no Rio Grande apresentavam uma feição puramente local ou doméstica por consequência, esses fugitivos eram perfeitamente recebidos e tratados” (BORMANN, 1901, p.56). Ou seja, a presença de federalistas na Colônia é justificada devido a ordens, possivelmente da Província do Paraná ou do Ministério da Guerra, de abrigá-los, outra questão que justifica tal decisão é que a “população de Palmas era em sua maioria federalista, de modo que os emigrados ainda tinham a seu favor as simpatias do povo, e isso facilitava-lhes tudo” (BORMANN, 1901, p.72). Portanto, para manter a tranquilidade da Fronteira de Palmas, era necessário um bom relacionamento com os federalistas.

José Bernardino Bormann tinha ordem de manter a neutralidade até o momento em que a luta se mantivesse no Estado do Rio Grande do Sul a irradiação da revolução por outros estados modificou todas as relações mantidas até então naquela fronteira. A situação era complicada. Enquanto militar deveria ser leal ao Ministério da Guerra, porém, estava em uma região cheia de federalistas e a Colônia estava muito mais próxima de Palmas do que de Curitiba e do Rio de Janeiro, por uma questão estratégica era necessário manter as boas relações com os federalistas de Palmas, principalmente se levar em consideração a vida política de José Bernardino Bormann no estado do Paraná.

As falsas informações contidas nos telegramas fizeram com que José Bernardino Bormann, ocupasse a vila de Nonoai com o intuito de manter as comunicações entre o Paraná e o Rio Grande do Sul (BORMANN, 1901, p.71), sem as intervenções de Henrique Widikim. Afirma que tinha sob suas ordens apenas meia dúzia de praças de linha, e para fazer os ser-



viços na colônia reunia os colonos mais jovens, enfatiza que se tivesse que ocupar militarmente Nonoai não poderia fazer sem chamar as armas todos os jovens da colônia.

Com a circulação das falsas informações de Henrique Widikim ficou impossível para José Bernardino Bormann manter a neutralidade. Com a deflagração do conflito seu posicionamento seria a favor da República e não dos federalistas. A ameaça de invasão dos federalistas fez com que José Bernardino Bormann construísse um sistema de fortificação na Colônia, além de convocar todos os homens válidos, cerca de 300, que foram distribuídos da seguinte forma: 200 praças de infantaria, comandadas pelo capitão honorário Tertuliano Albuquerque, 60 de cavalaria, sob o comando de João Batista Xavier e 30 para as guarnições da artilharia, subordinadas ao capitão Vitorino Geolás (XAVIER, 1944, p. 107). Grande maioria dos convocados não tinha a mínima instrução militar, ou seja, em caso de ataque seriam facilmente rechaçados. Uma das constantes reclamações de José Bernardino Bormann era sobre as poucas praças militares disponíveis para aquela Colônia, o que tornava o policiamento da região quase impossível. José Bernardino Bormann destaca que “A força do exército que guarnecia a colônia era insignificante: requisitámos mais gente e ordem para arregar os colonos a vista do estado de coisas. Era, então, Comandante do Distrito o General Sebastião Raymundo Ewerton Quadros, soldado valente”.

José Bernardino Bormann tentou contato com o Comandante do Distrito e com o Governador do Estado, a fim de pedir notícias, mas “o telégrafo conservava-se mudo para nós, então diretor da Colônia e Comandante da Fronteira” (BORMANN, 1901, p.71). Por consequência da à atuação de Widikim, o telégrafo mudo teria sido proposital, para deixar José Bernardino Bormann sem saber do que estava acontecendo no restante do Estado impossibilitando-o de estabelecer comunicação com quem pudesse esclarecer a situação.

Com relação a tropa de Prestes Guimarães:

Prestes Guimarães preparava-se, a vista da insistência das notícias favoráveis, para transpor o Goio-En, e com efeito, passou o rio a frente de 100 homens; mas, encontrando forças muito superiores retrocedem. A notícia da invasão foi transmitida para Passo Fundo e Palmeira e rapidamente destas localidades marcharam forças civis contra o invasor, e reuniram-se em Nonoai. Não chegaram as respostas dos vários telegramas dirigidos ao governo pelo Comandante da Fronteira de Palmas (BORMANN, 1901, p.71).

O falso telegrama de Widikim causou muita tensão entre a Colônia do Xapecó e Prestes Guimarães que só não invadiu a Colônia Militar devido número de homens que José Bernardino Bormann conseguiu reunir e a repressão que sofreu das forças civis de Passo Fundo e Palmeira que rapidamente reuniram-se em Nonoai. De acordo com José Bernardino Bormann “Os telegramas que levaram esse chefe federalista a invasão, sem dúvida eram forjados pelos próprios telegrafistas, pois, não é admissível que particulares pudessem transmitir notícias falsas e tão alarmantes pelo telegrafo” (BORMANN, 1901, p.75). O uso do telégrafo como meio de transmissão de informações sobre a Revolução Federalista causou um impacto na Colônia Militar do Xapecó e se demonstrou como um instrumento eficaz nas disseminações rápidas de falsas informações, que trouxeram prejuízos a José Bernardino Bormann e a Colônia Militar.

A Colônia Militar não chegou a ser invadida. A Divisão do Norte comandada pelo general Pinheiro Machado se aproximou da região, passando pela Colônia Militar do Xapecó, onde se abasteceram de armamento, munição, equipamento e animais (BORMANN, 1901, p.108). Caso houvesse a invasão, em função do pequeno contingente militar e os combatentes paisanos, sem a mínima instrução de guerra, a Colônia seria facilmente tomada.

Em abril de 1894 José Bernardino Bormann foi dispensado do cargo de diretor da Colônia e de comandantes da Guarnição e fronteira de Palmas, além de ser transferido para a segunda classe do Exército, resultante de uma denúncia de suposta traição. De acordo com o Ministério da Guerra José Bernardino Bormann estaria abrigando federalistas na Colônia Militar do Xapecó. As acusações foram posteriormente revogadas e houve reatuação por parte do Ministério da Guerra (XAVIER, 1944, p.28).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de Colônias Militares nas fronteiras do Império, foi uma estratégia adotada por D. Pedro II com auxílio e acordo dos governos provinciais, visando a proteção, a ocupação e administração das regiões de fronteira, além de ser um órgão de concessão, uso e fiscalização das terras devolutas destinadas a colonização. As primeiras Colônias Militares datam da década de 1840 e eram subordinadas ao Ministério da Agricultura, porém, não foram vistas como exitosas, pois, não ocorria uma fiscalização efetiva e não havia um plano comum para os estabelecimentos, o que resultou na criação do Plano para uma Colônia Militar no Brasil elaborado por José Joaquim Machado de Oliveira, apesar de cumprir com o objetivo inicial, as Colônias não obtiveram melhores rendimentos econômicos e

populacionais, devido à falta de investimentos efetivos para que ocorresse um melhor desenvolvimento. Ainda que a historiografia sobre as Colônias Militares tenha abordado várias facetas de seu funcionamento, ainda são necessárias a realização de pesquisas visando aprofundar temas sociais, ambientais e econômicos.

Ao instalar uma Colônia Militar, a hierarquia do exército foi reproduzida nesse ambiente. A administração era responsabilidade dos militares, principalmente do militar nomeado como diretor, que deveria ter a patente mais alta que os demais, ou seja, a administração só era feita por militares com formação, os militares sem formação eram os praças que faziam o policiamento da Colônia e os trabalhos necessários para o seu desenvolvimento, como a construção de casas, estradas, entre outros. Foi durante a Revolução Federalista que a Colônia Militar do Xapecó sofreu uma possibilidade de invasão devido a sua representação enquanto Governo Oficial e ao armamento que ali se encontrava, foi o único momento em que houve a possibilidade da formação de uma “praça de guerra”. Nos relatórios e documentações analisadas é notável a falta de preparação do estabelecimento para qualquer tipo de conflito, primeiro por causa do número reduzido de militares treinados e armamentos e segundo devido à falta de boas vias de comunicação com o restante do estado.

Apesar dos esforços de José Bernardino Bormann em juntar 300 homens, no caso de uma invasão federalista a Colônia seria facilmente rechaçada. O seu posicionamento ambíguo lhe trouxe consequências, em primeiro momento foi julgado por “auxiliar” os federalistas, devido a recepção de um líder federalista na Colônia, porém, foi provado que todas as medidas que tomou com relação a revolução eram de comum acordo com o Ministério da Guerra. Podemos perceber as consequências das falsas informações no contexto do século XIX em Palmas, o que nos alerta para as consequências desse tipo de desinformação no século XXI, onde temos um sistema de comunicação globalizado e extremamente rápido.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.
- ALMEIDA, Ian Coelho de Souza; CROCE, Marcus Antônio. Abolição, encilhamento e mercado financeiro: uma análise da primeira crise financeira republicana. *Rev. Econ. do Centro-oeste*, Goiânia, v. 2, n. 2, p.19-36, jun. 2016.

- ANDRADE, Gustavo Figueira. *Trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): Família, Comunicação e Fronteira*. 2017. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.
- ARAUJO, Ionnara. Regularização Fundiária e Terras Devolutas. *R. Fac. Dir.: UFG*, v.33, n.2, p.112-127, jul./dez. 2009.
- A *REPÚBLICA*: Órgão do Partido Republicano. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1895.
- AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895): Guerra Civil no Brasil. Rio de Janeiro: *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, p. 107-136, 2018.
- BOUTIN, Leônidas. Colônias militares na província do Paraná. *Separata do Boletim XXXIII do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, 1977.
- BORMANN, José B. *Dias Fraticidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná*. Curitiba: Typ. Da Livraria Economia Annibal Rocha e Cia, 1901.
- BORMANN, José B. *O Xapecó*. Xanxerê, 1892.
- CARVALO, José Murilo. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COSTA, Marcus. *A Revolução Federalista (1893-1895): O Contexto Platino, As Redes, Os discursos e os Projetos Políticos Liberal-Federalistas*. 2006. 290 f. Dissertação (Mestrado) – História Latino-Americana, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.
- COSTA, Emília. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 1999.
- FRAGA, Gerson; GRITTI, Isabel. Os farroupilhas em três tempos: aspectos da Guerra dos Farrapos e suas celebrações na imprensa sul-rio-grandense por ocasião de seu centenário e sesquicentenário. In: RADIN, José; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (Org). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Editora da Universidade Federal da Fronteira Sul, 2015.
- FERREIRA, Mariluci. *A trajetória política de Prestes Guimarães*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014.
- HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: A Questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- MACIEL, Laura Antunes. *A Nação por um fio: Caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1998.

- MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912). In Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26, 2011. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2011, p.1-18.
- MENDONÇA, Reginaldo. *Revista Sintonia: Imprensa e Poder Político no Amazonas (1939-1943)*. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Amazonas, 2015.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santana. *Vultos da História de Passo Fundo*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014.
- OLIVEIRA, Rodrigo. *Os 120 anos da Guerra Civil de 1893*. Rio Grande: Históriae, v. 4, n.2 p. 137-147, 2013.
- ROSSATO, Monica; PADOIN, Maria. A trajetória de Gaspar Silveira Martins: Relações de Poder entre a Região Fronteiriça Platina e a Europa. Porto Alegre. *RIHGRGS*, n.151, p.139-159, dez. 2016.
- PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana; AMÂNCIO, Silvia; IPÓLITO, Veronica. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-03.pdf>. Acesso em 28 out. 2019
- SÊGA, Rafael. Revolução Federalista, 110 anos. Uberlândia: *História e Perspectivas*, p 177-215, 2003.
- SILVA, Kalina; SILVA, Maciel. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto 2009.
- SILVA, Márcio. “Querosersenhordomeufucinho”: afaceagrária da Revolução Federalista nas matas do Rio Grande do Sul. *Passo Fundo: História: Debates e Tendências*, v. 17, n. 2, jul./dez, 2017. P.275-292
- SCHWARCZ, Lília. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOTH, Pedro. *A evolução Comunicativa dos Mecanismos de Busca: do telégrafo à Web Semântica*. 2017. 163f. Dissertação (Mestrado) – Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.
- VENSON, Leticia Maria. “*Donde se avista o caminho da roça*”: José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xapecó. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Fede-

ral da Fronteira Sul, Chapecó, 2020a.

VENSON, Leticia Maria. *Colonização Militar no Oeste Catarinense: José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xapecó*. Passo Fundo: Acervus, 2020b.

VENSON, Leticia Maria. *José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Chapecó 1880-1898*. 2018. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

VILLALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, São Paulo e Recife: Laemmerte e Cia, 1897.

XAVIER, Aristóteles. *O Centenário do Marechal Bormann*. Biblioteca Militar. RJ: Laemmert, 1944.

XAPECÓ. Xanxerê, 7 de março de 1893.

Recebido em 19/09/2020

Aprovado em 11/12/2020